



INTERSETORIALIDADE E REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL

**ORG.: Prof^a Dr^a Jussara Ayres Bourguignon
Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais
Aplicadas/Departamento de Serviço Social -
UEPG**

- Refletir sobre **REDE** implica em colocar em questão alguns aspectos :
- localizar o debate no contexto das políticas públicas, enquanto estratégia de proteção social.
- implementar um projeto articulado e integrado que resulte em ações efetivas voltadas para o desenvolvimento e a proteção social do cidadão.
- Contar com processos de gestão de políticas públicas que tenham como referência a intersetorialidade e que devem ser efetivadas no âmbito local.

- Ter clareza que o trabalho em rede não é homogêneo e isento de **conflitos e contradições**, retrata diferentes projetos societários. Projetos societários em disputa e que geram tensões permanentes entre um horizonte emancipatório e tradições focalistas, assistencialistas, clientelistas e conservadores.
- As redes setoriais ou intersetoriais podem tomar direções diferentes conforme a perspectiva dos gestores e profissionais que atuam na implementação de políticas públicas.

- A gestão das políticas públicas, em uma perspectiva intersetorial, exige modelos **flexíveis** em que o processo de descentralização e participação social sejam efetivados de forma a favorecer **parcerias** com a sociedade civil organizada nas ações e decisões que dizem respeito ao encaminhamento das **políticas públicas**.
- “Gestão do social é, em realidade, a gestão das demandas e necessidades dos cidadãos. A política social, os programas sociais, os projetos são canais e respostas a estas necessidades e demandas.” (CARVALHO, 1999, p. 19)

As redes **setoriais ou intersetoriais** devem fortalecer acesso aos direitos, garantindo **proteção social** aos usuários das políticas públicas.

- **Proteção Social:**
- Um conjunto de iniciativas públicas ou estatalmente reguladas para provisão de serviços e benefícios sociais visando enfrentar situações de risco ou privações sociais. (JACCOUD,2009)
- Intervenção do Estado no processo de distribuição da riqueza, para garantir o bem-estar do cidadão. (YAZBECK,2010)

- Responsabilidade do Estado, a proteção social se materializa através das políticas públicas. Tem como foco populações em situação de vulnerabilidade e risco social, devendo possibilitar ações que garantam um conjunto de seguranças à família, ao cidadão e à cidadã.
- Estas seguranças envolvem: renda; fortalecimento de vínculos familiares e comunitários e de laços de pertencimento; desenvolvimento de autonomia e exercício do protagonismo, inserção em programas, projetos, serviços e benefícios sociais que respondam às necessidades materiais, sociais e educativas.

- O trabalho em **REDE** exige gestão de serviços orientado em princípios como a descentralização, participação social, interdisciplinaridade e intersectorialidade.

◉ **Interdisciplinaridade:** [...]procurar realizar a unidade, e não a mera articulação, entre diferentes disciplinas no interior de um projeto (intelectual ou de intervenção) de interesse comum. [...].

Sugere relação de reciprocidade entre saberes distintos, com suas contradições específicas e inerentes, tendo em vista a recomposição da unidade segmentada do conhecimento, que na realidade não é compartimentalizado.(PEREIRA, 2014, p. 36)

INTERSETORIALIDADE

- Trata-se da articulação entre as políticas públicas através do desenvolvimento de ações conjuntas destinadas a proteção, inclusão e promoção da família vítima do processo de exclusão social. Considera-se a intersectorialidade um **princípio** que orienta as práticas de construção de redes municipais.(BOURGUIGNON, 2007)

INTERSETORIALIDADE

- Nova lógica de gestão, que transcende um único “setor” da política social; e ou uma estratégia política de articulação entre setores sociais diversos e especializados.
- Instrumento de otimização de saberes; competências e relações sinérgicas, em prol de um objetivo comum; prática social compartilhada, que requer pesquisa, planejamento e avaliação para realização de ações conjuntas.
- Vincula-se a ideia de interdisciplinaridade, como atitude e prática de superação das especialidades. (PEREIRA, 2014, p. 23 e 24)

- A intersetorialidade supõe **a articulação entre sujeitos** de áreas que tem suas especificidades e diversidades e experiências particulares para enfrentar problemas complexos. Enquanto diretriz para gestão de políticas públicas está relacionada ao enfrentamento de situações concretas na realidade local.
- Supõe vontade, decisão política, que tem como ponto de partida o **respeito à diversidade e às particularidades** de cada setor ou participante.
- Envolve: criação de **espaços comunicativos**, capacidade de negociação e trabalhar os conflitos, objetivando potencializar as ações no campo das políticas públicas. (YAZBEK, 2014).
- **ENVOLVE CONSTITUIR REDES**

CONCEPÇÃO DE REDE

- O termo rede sugere a ideia de **articulação, conexão, vínculos**, ações complementares, relações horizontais entre parceiros, interdependência de serviços para garantir a **integralidade** da atenção aos segmentos sociais vulnerabilizados ou em situação de risco social e pessoal. (GUARÁ et al, 1998)

REDE

- A maioria das concepções de rede, em especial no campo das políticas sociais, remete para a noção de **interconexão, articulação, parceria, interação, cooperação** entre organizações governamentais e não governamentais, portanto, na defesa do pluralismo de bem-estar social, da corresponsabilização de todos, não apenas do financiamento das políticas sociais, mas na prestação de serviços sociais e na utilização dos recursos mobilizados por cada tipo de organizações (PEREIRA E TEIXEIRA, 2013, p. 120)

- O gestor público deve deixar de ser um cumpridor de planos para ser um negociador, capaz de incentivar o diálogo, coletivizar ideias, formular alternativas e articular a ação conjunta. (FLEURY, 2005)
- O **grande desafio**: busca de articulação das iniciativas públicas e da sociedade na perspectiva da construção de uma rede protetiva no âmbito das políticas públicas. (YAZBEK, 2014)

◉ TIPOS DE REDE :

- ◉ **REDE SOCIAL ESPONTÂNEA OU PRIMÁRIA:** constituída pelo núcleo familiar, pela vizinhança, pela comunidade e pela Igreja. São consideradas as redes primárias, sustentadas em princípios como cooperação, afetividade e solidariedade.
- ◉ **REDES SÓCIO – COMUNITÁRIAS:** constituída por agentes filantrópicos, organizações comunitárias, associações de bairros, entre outros que objetivam oferecer serviços assistenciais, organizar comunidades e grupos sociais.

- **REDE SOCIAL MOVIMENTALISTA:** constituída por movimentos sociais de luta pela garantia dos direitos sociais (creche, saúde, educação, habitação, terra...). Caracteriza-se por defender a democracia e a participação popular.
- **REDES SETORIAIS PÚBLICAS:** são aquelas que prestam serviços e programas sociais consagrados pelas políticas públicas como educação, saúde, assistência social, previdência social, habitação, cultura, lazer, etc.

- **REDES DE SERVIÇOS PRIVADOS:** constituída por serviços especializados na área de educação, saúde, habitação, previdência, e outros que se destinam a atender aos que podem pagar por eles.
- **REDES REGIONAIS:** constituídas pela articulação entre serviços em diversas áreas da política pública e entre municípios de uma mesma região.

- **REDES INTERSETORIAIS:** são aquelas que articulam o conjunto das organizações governamentais, não governamentais e informais, comunidades, profissionais, serviços, programas sociais, setor privado, bem como as redes setoriais, priorizando o atendimento integral às necessidades dos Segmentos vulnerabilizados. (GUARÁ et al,1998; BOURGUIGNON,2007)

- **REDES DE SERVIÇOS SOCIOASSISTENCIAIS:** conjunto de entidades de assistência social, instituições, conselhos, fóruns, órgãos estatais que prestam serviços, representações articuladas. Operacionaliza os serviços, programas, projetos e benefícios de proteção social básica ou proteção especial de média e alta complexidade. Deve garantir centralidade à família. (Gimenez, et al,2006)

Sanícola(2008, p. 51/69)

- **Redes Primárias:** constituídas por laços de família, parentesco, amizade, vizinhança e trabalho. Em seu conjunto forma uma trama de relações que confere a cada sujeito identidade e sentimento de pertencer.
- **Redes Secundárias:** formais são constituídas pelos laços que se estabelecem entre instituições, organizações do mercado e terceiro setor. Existem redes secundárias informais, constituídas por laços que se estabelecem entre pessoas visando respostas a uma necessidade imediata.
- São caracterizadas por sua estrutura, funções e dinâmica

REQUISITOS FUNDAMENTAIS PARA O TRABALHO EM REDE:

- O Município como espaço territorial onde as ações e serviços de atenção aos usuários das políticas e programas sociais se desenvolvem.
- O Gestor municipal e os Conselhos como responsáveis por garantir o direcionamento das ações, a prestação de serviços de qualidade e a defesa dos direitos fundamentais do cidadão.
- Desencadeamento de um processo de mobilização para participação dos agentes a serem envolvidos.
- Diagnóstico das necessidades dos grupos sociais vulnerabilizados e em situação de risco, para se definir prioridades.

- Definição de projetos específicos e intersetoriais com identificação de objetivos, metodologia de trabalho e previsão dos resultados a serem alcançados.
- Articulação entre todas as instituições e agentes que prestam serviços no município através do compartilhamento de objetivos e ações.
- Suporte qualificado e gerencial às organizações envolvidas, ou seja, apoio técnico, administrativo, financeiro e político para desenvolvimento de seus propósitos.
- Parcerias sustentadas no respeito ao potencial de cada ator social.

- Processo contínuo de circulação de informações.
- Conquista de legitimidade junto ao município.
- Definição de um embrião capaz de manter vivo o processo de trabalho conjunto.
- Capacitação dos agentes envolvidos.
- Avaliação e redefinição de estratégias operacionais, como atividade permanente. (GUARÁ et al, 1998; BOURGUIGNON, 2007)

Alguns desafios:

- Articulação das iniciativas públicas e da sociedade civil organizada, em uma perspectiva intersetorial;
- Não sobrecarregar a rede primária, **responsabilizando a família e/ou comunidade pelos fracassos do sistema de proteção social.** A rede primária não tem como superar situações de vulnerabilidades e risco social se não tiver a proteção social afiançada pelo conjunto das políticas públicas.
- Trabalhar as redes internas: capacitar as equipes profissionais para trabalho interdisciplinar e intersetorial.

- Incluir a temática no processo da formação dos profissionais de diferentes áreas (sociais, humanas, jurídicas, saúde, técnicas, etc.)
- Superar as práticas e estruturas compartmentalizadas, segmentadas, hierárquicas, disciplinares e centralizadoras.
- Pautar o debate sobre Rede de Proteção social nos espaços públicos e que são responsáveis pela gestão das políticas públicas, como fóruns, conselhos, conferências, entre outros.
- Mobilizar a participação da população na formulação e gestão das políticas públicas, objetivando criar condições para o exercício da cidadania e emancipação dos setores populares organizados e transformar as estruturas autoritárias do Estado, gerando formas de co-gestão pública. (FLEURY, 2005)

Referências:

- BOURGUIGNON, Jussara Ayres. Concepção de rede intersetorial de atendimento à criança e adolescente. IN LAVORATTI, C. (org.) **Programa de Capacitação Permanente na área da Infância e da Adolescência: o germinar de uma experiência coletiva.** Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2007.
- DUARTE, Marco José de Oliveira. Construindo Redes de cuidados na atenção à saúde mental, crack, álcool e outras drogas: intersetorialidade e direitos humanos. In MONERAT, G.;ALMEIDA, L.T.; SOUZA, R.G. **A intersetorialidade na agenda das políticas sociais.** Campinas/SP: Papel Social, 2014
- FLEURY, Sonia. **Redes de Políticas: novos desafios para a gestão pública.** Administração em Diálogo, São Paulo, n. 7, 2005.

- GIMENEZ, et al. **Redes socioassistenciais, territorialidade, monitoramento e avaliação.** SUAS/Pr . Caderno I Curitiba: SETP, 2006.
- GUARÁ, Isa M. Ferreira R. et. al. **Gestão Municipal dos serviços de atenção à criança e ao adolescente.** São Paulo: IEE/PUC – SP; Brasília:SAS/MPAS, 1998.
- GUARÁ, Isa M. Ferreira R.(Org.) **Redes de Proteção Social.** São Paulo : Associação Fazendo História : NECA - Associação dos Pesquisadores de Núcleos de Estudos e Pesquisas sobre a Criança e o Adolescente, 2010. (Coleção Abrigos em Movimento)
- RICO, Elizabeth de M. e RAICHELIS, Raquel (orgs.) **Gestão Social: uma questão em Debate.** São Paulo: EDUC; IEE, 1999.p. 19 – 29.

- PEREIRA, Potyara A.P. A Intersetorialidade das políticas sociais na perspectiva dialética. In MONERAT, G.;ALMEIDA, L.T.; SOUZA, R.G. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas/SP: Papel Social, 2014.
- SANÌCOLA, Lia. **As Dinâmicas de rede e o trabalho social**. Trad. de Durval Costa. São Paulo:Veras Editora, 2008.
- PEREIRA, Karine Yanne de; TEIXEIRA, Solange Maria. Redes e intersectorialidade nas políticas sociais: reflexões sobre sua concepção na política de assistência social. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 12, n. 1, p. 114 - 127, jan./jun. 2013.
- YAZBEK, Maria Carmelita. Sistema de proteção social, intersectorialidade e integração de políticas sociais. In MONERAT, G.;ALMEIDA, L.T.; SOUZA, R.G. **A intersectorialidade na agenda das políticas sociais**. Campinas/SP: Papel Social, 2014.